



Lessa: cortar estatais gera recessão

ORÇAMENTO

A sorte da economia no orçamento das empresas estatais

A recessão virá em 81?

“Não sei”, diz o economista Carlos Lessa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Se as metas estabelecidas pelo governo forem cumpridas, se forem para valer, a recessão virá mesmo. O problema é que muita gente não acredita que o governo vá cumprir o que determinou”. Entre as medidas recessivas está a limitação da expansão do crédito em apenas 50%, bem abaixo da inflação esperada para 81 e a liberação dos juros. “Dinheiro escasso e juros liberados vão desestimular investimentos e realimentar o circuito da especulação financeira. Corremos o risco, assim, se o governo cumprir suas metas, de termos crescimento reduzido e uma inflação brutal, alimentada pela ciranda financeira”, diz Lessa.

Mas o que mais preocupa, segundo ele, a medida mais claramente recessiva é o reajuste do orçamento das empresas estatais em apenas 75%, contra uma inflação que chegou em 80 a 110%. “Isso significa uma contração absoluta do investimento público. Ora, como o investimento privado já está caindo a situação poderá ficar muito séria”. Realmente. Dados da revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, indicam que em 1979 o nível de investimentos avançou apenas 30%, quando a inflação ficou em 77%. E em 80 cresceu 75%, para uma inflação de 110%. Se a tendência for mantida em 81, os riscos de uma recessão são graves.

Para Carlos Lessa o investimento público tem uma função-chave na economia brasileira e explica porque foi possível manter nas últimas décadas uma taxa histórica de crescimento em torno de 7%. “O que sempre caracterizou a economia brasileira é que mesmo quando o investimento privado estava caindo, o investimento público permanecia crescendo. E graças ao investimento público foi possível manter a produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) crescendo. Dando um exemplo mais ou menos hipotético eu diria que nos Estados Unidos a indústria de bens de capital tem 20 a 30% de suas encomendas dependentes do investimento público. Já no Brasil o peso é de 60%”.

Assim, a sorte da economia brasileira está muito ligada ao investimento público que sempre garantiu uma taxa mínima de crescimento, que segundo Lessa não se sabe bem qual é. “Pode ser 4% ou 5% ou alguma coisa em torno disso. O resto ficava por conta do investimento privado”. O grande problema, portanto, é que esse dinamismo vai por água abaixo com um aperto drástico nos investimentos públicos. De cara há a desaceleração da indústria de bens de capital, que por sua vez provoca retração na indústria de bens intermediários (aço, alumínio etc.) e leva a um recuo na demanda de bens de consumo sofisticados já que os gastos dos executivos e dos capitalistas tendem a declinar.

Outra prova de que a crise econômica está se adensando, é que a indústria de bens de capital despediu 7 mil empregados no ano passado (a que mais demitiu foi a Cobrasma, com 2 mil) e acena com novos cortes este ano, caso o nível de demanda continue fraco. A situação é especialmente grave na indústria de material ferroviário (com uma ociosidade de 70%) e na de bens de capital sob encomenda que iniciou 1980 com apenas 3 meses de pedidos em carteira, quando o razoável é ter pelo menos 5 meses de demanda garantida.

Delfim diz que a recessão não vem. Mas diante desses sinais há cada vez mais gente duvidando da palavra do ministro.

Ricardo Bueno